

Novos movimentos sociais e o movimento de mulheres

New social movements and women's movement

Sarah Jane Alves Durães*

Fernanda Veloso Lima**

Flávio de Oliveira Carvalho***

Resumo: Este artigo discute algumas perspectivas teóricas explicativas sobre os movimentos sociais e, em específico, toma como objeto de análise o movimento das mulheres. Apresenta como esse movimento assumiu algumas características ao longo da história, sua dimensão organizativa, a partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, sua consolidação como parte dos novos movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais, conflito sociais, movimento de mulheres

Abstract: This article intends to discuss about some theoretical perspectives, which explain about the social movements and, specifically, analyze the women movement. It shows some characteristics of it along the history, the organized dimension since the second half of the XX century, and about the women's movement as part of the new social movements.

Key words: social movements, social conflicts, women movement

* Professora da Universidade Estadual de Montes Claros e Doutora em Educação pela PUC-SP.

** Bacharel em Ciências Sociais e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

*** Bacharel em Ciências Sociais e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

As Ciências Sociais e Humanas têm se encarregado de compreender as formas pelas quais os atores e atrizes sociais se relacionam, suas maneiras de agir, pensar e sentir. Além disso, têm procurado detectar não somente como a vida cotidiana tem sido coletivamente construída, bem como individualmente apreendida, mediante identificação das interpretações que os sujeitos fazem sobre as relações sociais que estão em seu entorno.

A partir da literatura dessas ciências, neste artigo, temos por objetivo apresentar alguns modelos teóricos explicativos dos movimentos sociais e evidenciar algumas polêmicas entre as leituras existentes sobre estas formas de organização. Além da explanação dos movimentos sociais dentro do quadro de alguns olhares teóricos, vislumbramos também ressaltar características de um desses movimentos em específico, a saber, os movimentos de mulheres.

Antes de passarmos às discussões propriamente ditas, cabe um esclarecimento de algumas formas lingüísticas e terminológicas que faremos uso neste texto. Na tentativa de romper com uma linguagem sexista, quando necessário, faremos uso de algumas formas de diferenciação por gênero valendo-nos não somente das normas estabelecidas pela língua portuguesa bem como através do uso de @ na palavra substantiva para indicar tanto masculino quanto feminino. Além disso, como o leitor ou leitora verá a seguir, ora utilizaremos *movimento de mulheres* ou *movimentos de mulheres*. Consideramos que tal diferenciação seja válida dada à necessidade de chamar a atenção ao fato de que existem no interior do movimento de mulheres, tratado de forma genérica, outros tantos movimentos com diferentes especificidades.

Movimentos sociais: pontuando alguns paradigmas

Os movimentos sociais se tornaram um amplo campo de estudos e pesquisas para vários investigadores e investigadoras, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Gohn (1997), Miranda Netto

(1986) e Boudon e Bourricaud (1993), dentre outros, vêm levantando considerações sobre seus contextos, objetivos e, especialmente, sobre suas implicações para a transformação da realidade social.

Assim posto, dada a evidência da relação entre movimentos sociais e mudança ou transformação social, acreditamos ser pertinente partimos, primeiramente, de algumas implicações dessa associação. Sobre isso, Miranda Netto afirma que:

Os movimentos sociais são as tentativas coletivas de provocar mudanças, no todo ou em parte, em determinadas instituições sociais, ou de criar uma nova ordem social. No séc. XIX se chamavam assim os movimentos de tendências anarquista, comunista, socialista ou sindical que visavam a organizar a classe operária, dar-lhe poder de barganha na conquista de vantagens e benefícios, ou conferir-lhe papel definido em uma nova ordem social, eliminando o seu caráter dependente ou sua exploração pela classe patronal. (Miranda Netto, 1986:788)

Ou ainda, para que esta concepção fique evidenciada de maneira mais nítida, reportamo-nos às palavras de Boudon e Bourricaud, quando eles nos dizem que:

[...] movimentos sociais desafiam estruturas institucionais, modos de vida e de pensar, normas e códigos morais. Na verdade, os movimentos sociais estão intimamente ligados à mudança social, e vários aspectos das sociedades contemporâneas são provavelmente conseqüências das ações dos movimentos sociais. (Boudon e Bourricaud, 1993:500)

Os movimentos sociais, nessa direção, podem ser entendidos como catalisadores do processo de mudança social, uma vez que buscam transformar os significados e valores mantidos pela sociedade ou por grupos privilegiados dentro desta. Portanto, são entendidos como espaços de negociação e conflito, reivindicando respostas de uma ordem social considerada *injusta e desigual*.

Segundo Miranda Netto (1986), os movimentos so-

ciais podem originar-se de uma consciência de grupo e/ou de similitudes e solidariedade entre indivíduos que sofrem as mesmas pressões sociais. Dessa maneira, percebemos que, em seu cerne, os movimentos sociais contêm em si matizes psicológicas, estruturais e ideológicas. Entretanto, definir conceitualmente o que são movimentos sociais é uma tarefa árdua e difícil de ser cumprida, pois:

Movimento social é uma noção presente em diferentes espaços sociais: do erudito, acadêmico, passando pela arena política das políticas e dos políticos, até o meio popular. Na teoria e/ou na prática, todos têm uma representação do que seja um movimento social. Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico. (Gohn, 1997:242).

Diferentes modelos teóricos têm buscado explicar o *engendramento* das relações humanas em diferentes movimentos sociais. De acordo com Boudon e Bourricaud (1993), entre as diferentes *leituras* que surgiram encontramos explicações, por exemplo, a partir do interacionismo, estrutural-funcionalismo, marxismo ou do neomarxismo.

Para o interacionismo os indivíduos e grupos de pessoas agem com base em expectativas e entendimentos comuns, além disso, que os movimentos nascem em situações não estruturadas. Já no que respeito ao estrutural-funcionalismo é possível identificar três correntes explicativas sobre os movimentos sociais, quais sejam: as teorias de massa da sociedade, que postulam um indivíduo atomizado; as teorias da tensão estrutural, que vislumbram no distorcido equilíbrio dos sistemas sociais o nascimento dos movimentos; e as teorias da privação relativa, que consideram que as frustrações e insatisfações são o embrião da ação para a formação dos movimentos sociais.

Existe também a perspectiva da mobilização de recursos que enxerga o movimento social como uma atividade organizacional consciente, onde são levantados recursos materiais e simbólicos. Além dessa, a sociologia da ação tem sido aquela que busca integrar várias abordagens na perspectiva de uma representação geral da vida social, vista como uma autoprodução conflitiva.

Outras explicações sobre os movimentos sociais somam a essas. Referimo-nos àquelas que podem ser encontradas nas teorias marxistas de *conflito de classes*¹ ou naquelas denominadas neomarxistas. De um modo geral, essas concentram suas análises nos processos de luta voltados para as transformações na realidade social, principalmente, nas perspectivas de opressão sociopolítica e cultural, ou ainda de carências econômicas.

No entanto, segundo Gohn (1997), esses modelos explicativos têm sido percebidos de forma equivocada, especialmente, quando atribuí-mo-lhes sinonímia à análise de movimentos operários ou desconsideramos suas matizes ortodoxas e não-ortodoxas. Nesse sentido, a autora citada anteriormente, expõe palavras do próprio Marx, da seguinte forma:

Assim, além dos distintos movimentos econômicos dos operários, surgem em todos os lugares movimentos políticos, isto é, movimentos de classe, com o objetivo de impor os seus interesses de forma geral, de uma forma que possui força coercitiva-social geral. Se esses movimentos pressupõem certo grau de organização prévia, em compensação eles igualmente significam meios de desenvolver esta organização. (Marx *apud* Gohn, 1997:177).

¹ Segundo Quintaneiro (2001:81), “essa expressão, antes de significar uma situação de conforto explícito – que de fato pode ocorrer em certas circunstâncias históricas - procura enfatizar as contradições presentes numa estrutura classista, o antagonismo de interesses que caracteriza uma relação entre classes. Isso porque a existência das classes sustenta-se na exploração e em diversas formas de opressão social, política e intelectual, religiosa, etc.; daí que a relação entre elas não pode outra se não conflitiva, ainda que apenas potencialmente”.

Contudo, torna-se pertinente explicar que embora, potencialmente, esses modelos abarquem diferentes tipos, é inegável o privilégio dado ao movimento do operariado.

Por outro lado, o paradigma dos *novos movimentos sociais* parte para a construção de modelos interpretativos que evidenciam a cultura, os conflitos sociais cotidianos, a ideologia, a solidariedade entre as pessoas de uma coletividade e o processo de identidade criado. Emerge num contexto de acusação sobre a incapacidade da análise marxista ou neomarxista de explicar ou analisar os principais movimentos que começaram a surgir pelo mundo a partir de 1960. Em outras palavras, para o que a Sociologia tem considerado como novos movimentos sociais, os sujeitos se envolvem em:

[...] frente de lutas que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, como as questões de gênero, étnicas, ecológicas, etc. Ou seja, grande parte dos eixos temáticos básicos dos movimentos sociais contemporâneos não diz respeito ao conflito de classe, mas a conflitos entre atores da sociedade. (Gohn, 1997:149).

Nesse tocante, as lutas sociais, então, podem ser encontradas não só nos segmentos sociais subordinados, mas também em setores dominantes. Desse modo, a categoria luta social denota a existência de movimentos sociais nos diversos segmentos da sociedade os quais defendem seus interesses, buscam novas conquistas e lutam para manter as conquistas anteriores. Em suma, a construção de sua historicidade é decorrente dos conflitos que ocorrem entre grupos distintos, bem como no interior de cada um.

Entretanto, é importante ressaltar que indiferentemente das abordagens que cada um dos paradigmas

faz, o movimento social é reconhecido como *trincheira*, ou seja, como um espaço de conflito e negociação que busca alterar estruturas definidas por desigualdades e configuradas por opressões e dominação seja de classe, gênero, etnia, dentre outras. Nessa direção, as colocações acima permitem uma compreensão básica das diversidades teóricas acerca dos movimentos sociais.

E, dando continuidade ao nosso propósito, em seguida, procuramos demonstrar algumas das razões que justificam o fato de o movimento de mulheres ter o estatuto de novo movimento social e, sobretudo, como ao longo da história, dada as relações de conflito internas e externas ao movimento, diferentes formas organizativas foram surgindo.

Movimento social de mulheres: história e luta

Segundo Boudon e Bourricaud (1993), os movimentos de mulheres estão em todas as regiões do mundo, inclusive sendo mencionados em grande parte na história documentada. Entretanto, esses movimentos permaneceram isolados e esporádicos por um longo período, adquirindo volume, ímpeto e força apenas no século XIX e especialmente no século XX. Em outras palavras, os movimentos de mulheres sempre existiram. No entanto, uma maior dimensão organizativa e, sobretudo, a consolidação dos seus estudos, ou seja, a obtenção de um estatuto científico, somente ocorreu na segunda metade do século XX.

Nessa perspectiva, é possível constatar que, ao longo da história dos movimentos de mulheres, diferentes formas de organização aconteceram e, por isso, é possível identificar diferentes objetivos reivindicatórios. Eles exprimem, pois, a heterogeneidade dos interesses femininos que não somente dizem respeito à desigualdade de gênero²,

² Gênero constitui uma categoria de análise histórica de um núcleo de definições das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e nas relações de poder. Além disso, estudar os comportamentos construídos socialmente como de *homens* e de *mulheres* a partir de uma perspectiva das relações de Gênero é, sobretudo, reconhecer e celebrar as diferenças. Isso porque homens e mulheres são dotados de masculinidade e feminilidade, entretanto, a sociedade tende a definir os papéis sociais como *masculinos* e *femininos*, (Cf. Scott, 1995).

mas de classe, raça, etnia e geração. Especificamente quanto às desigualdades de gênero, inclusive, é possível identificar dentro dos movimentos de mulheres polêmicas em torno do fato de estes se caracterizarem por uma *ditadura da heterossexualidade* e tenderem, assim, a excluir outras formas de identidade sexual.³

Recuperando um pouco a história, no século XVIII, segundo Boudon e Bourricaud (1993), aconteceram na Europa movimentações de mulheres que formaram suas próprias associações, sendo que algumas delas participaram na Revolução Francesa. Desse período, tomemos como exemplo os escritos de Mary Woolstonecraft⁴, considerada como a primeira resposta publicada sobre as condições das mulheres aos autores que refletiam sobre a Revolução Francesa.

Essas manifestações resultaram em um reconhecimento às mulheres de algumas garantias de estatuto civil. Inclusive, na transição do século XVIII, a exemplo, o casamento passou a ser um:

[...] contrato civil suscetível de ser rompido pelo divórcio, incluindo o consentimento mútuo (tema recusado pelo Império); reconhecendo a igualdade de todos os herdeiros, sem distinção de sexo, o que constitui uma ruptura importante com o direito consuetudinário; dando às “filhas maiores” direitos civis iguais aos dos homens, sendo o casamento a chave de uma subordinação firmemente estabelecida pelo código Napoleônico de 1804. (Perrot, 1988:73, grifos da autora)

Embora alguns direitos civis tenham sido conquistados pelos movimentos de mulheres, a inserção destas em diferentes espaços sociais e políticos continuou (e continua!) restrita. O sufrágio *universal*, em 1848, foi apenas masculino reforçando ainda mais a exclusão das mulheres e a definição de uma cidadania política lhes é negada, sendo que “[...] foram ne-

cessárias lutas não raro muito duras, em que as sufragistas arriscavam a pele (uma delas foi morta [...])” (Perrot, 1988:124).

Não obstante, essas manifestações ocorreram de forma, aparentemente, ínfima, somente percebendo-se seu incremento, tanto no volume quanto na incidência, a partir do século XIX e XX. Dentre algumas das justificativas para esse fato, pode-se evidenciar o desenvolvimento do capitalismo, e com ele a complexificação da sociedade civil. Portanto, foi no século XIX que o feminismo surgiu pela primeira vez como força ideológica e política influente, ainda que idéias e textos feministas possam ser encontrados em muitos séculos anteriores.

Feminismos em movimento: as duas ondas

A trajetória do movimento de mulheres divide-se em dois amplos períodos: a primeira e a segunda ondas. No que diz respeito à *primeira onda*, assim denominada às vezes, seu período abrange a segunda metade do século XIX e início do século XX ou, mais precisamente, vai de 1860 até meados do século XX. Esse movimento diz respeito à busca por direitos iguais e aos movimentos reformistas, os quais se destacaram os dos Estados Unidos e Grã-Bretanha. As reivindicações realizadas nos referidos países consistem nos direitos das mulheres e lutas pelo sufrágio feminino, respectivamente. (Cf. Pinto, 1992); (Boudon & Bourricaud, 1993:494)

Acerca de algumas características da *primeira onda*, Boudon e Bourricaud afirmam que a partir do início do século XX:

A palavra feminismo foi usada por militantes pelos direitos das mulheres não apenas nos Estados Unidos e na Europa, mas também em países como Japão, Turquia, Rússia, Argentina, Filipinas e Índia [...] Os primeiros movi-

³ Conferir, por exemplo, as discussões de Butler (2001).

⁴ Seu livro *Vindicación de los derechos de la mujer* foi publicado pela primeira vez em 1792, na Inglaterra. Segundo Woolstonecraft (2000:177), dentre alguns objetivos, ele tinha por intenção apresentar a polêmica em torno de o fato de “la mujer ser débil por naturaleza o se halla degradada por una concurrencia de circunstancias”.

mentos feministas, como a Associação Feminista Filipina, fundada em 1905, ou o Seito (Meia Azul), estabelecido no Japão em 1911, fizeram campanha pelo voto e pelo acesso à educação, ao mesmo tempo em que se opunham à discriminação baseada no sexo e buscavam melhorar a situação jurídica das mulheres. Essas associações de mulheres buscavam seus objetivos a partir de uma variedade de diferentes pontos de vista. (Boudon e Bourricaud, 1993:493)

Outro período do movimento refere-se ao de maior força organizacional que começou no final dos anos 60. Ou seja, o feminismo da *segunda onda*. Esse movimento foi alçado a partir de algumas correntes teóricas, como por exemplo, a de Simone de Beauvoir⁵, que engendrou uma luta contra as condições de desigualdade vividas pelas mulheres. Trata-se de um dos movimentos mais importantes do período do pós-guerra, pois foi capaz de mobilizar um grande número de mulheres.

Em 1985, nos Estados Unidos, a Nacional Organization of Women (NOW), reformista, tinha em seu quadro $\frac{1}{4}$ de milhão de associadas, enquanto que na Grã-Bretanha, Itália e França as manifestações de mulheres em campanhas por questões específicas podiam atingir $\frac{3}{4}$ de milhão. Fora no mundo anglo-saxão, as feministas também começaram a se organizar a partir do início dos anos 70; surgiram grupos feministas na Iugoslávia, México, Peru, Índia e até na União Soviética. Algumas dessas iniciativas evoluíram para movimentos sociais significativos nos anos 80. (Boudon & Bourricaud, 1993:494)

O movimento de mulheres passou, então, a ser foco de atenção d@s estudios@s com o advento da *segunda onda*, sendo que antes disso a dinâmica de classe, por exemplo, era a área de maior concentração daqueles. Uma vez que a participação das mulheres como atrizes na construção social da história da humanidade era ignorada. Historiadores e historia-

doras, bem como cientistas sociais feministas vêm tentando reparar essa *injustiça*. Tal mobilização corroborou para demonstrar que as mulheres:

[...] não apenas foram agentes políticos significativos, como também se mobilizaram coletivamente na busca de uma ampla variedade de objetivos: às vezes a prioridade era alcançar maior igualdade sexual; em outras ocasiões era dar apoio a objetivos políticos mais amplos; e em outras ainda era apoiar mudanças jurídicas que, por motivos religiosos, exigiam uma definição e, às vezes, como no caso dos movimentos antiaborto, uma restrição dos direitos anteriores. (Boudon & Bourricaud, 1993:495).

O reconhecimento da masculinização do espaço público e a exclusão histórica das mulheres nesse espaço trouxeram consigo a ampliação do significado da própria política, pois passou a incluir os movimentos de resistência e confronto nas relações de poder na esfera pública e privada. Isso é devido ao fato de que alguns autores e autoras, como por exemplo, Pinto (1992) e Boudon e Bourricaud (1993), argumentam que os movimentos de mulheres representam, sobretudo, desafios à política dominante.

A diversidade de interesses do movimento de mulheres tem evidenciado algumas questões analíticas, ainda não resolvidas, a saber: a diferenciação entre os variados graus de ação social coletiva, suas formas de associação e solidariedade, pois dependendo como são feitos os seus arranjos tratar-se-iam de *cultura de mulheres*. Portanto, analiticamente distintos dos movimentos sociais. A segunda questão diz respeito à aplicabilidade universal do movimento feminista uma vez que cada segmento possui interesses variados, não só de gênero, mas também de outros movimentos como o de mulheres negras, por exemplo, (Cf. Boudon & Bourricaud, 1993).

Por outro lado, o terceiro ponto concerne à oposi-

⁵ Beauvoir (1991) apresenta em seu livro três perspectivas interpretativas – o essencialismo, a psicanálise e o materialismo histórico – das relações sociais entre homens e mulheres. Além dessa análise, o que provocou grande polêmica foi a sua defesa em favor da necessidade de superação dessas perspectivas para entender as práticas sociais femininas

ção de objetivos de alguns movimentos de mulheres ao de feminista, apresentam duas características principais. Ou seja:

Estão estreitamente identificados com construções sociais particulares de feminilidades e maternidade, e estão ligados a essas identidades de modo importante. As mulheres que participam desses movimentos ou ação em geral encaram seu movimento político como uma extensão natural de seus papéis de família e como baseado em sentimentos primordiais, intrinsecamente femininos. Em segundo lugar, como função disso, as participantes dessas formas de luta tendem a formar os objetivos de suas ações em termos amplamente altruístas, e não em termos destinados a promover seus interesses pessoais como mulheres. Na maioria dos casos, seus interesses se identificam estritamente com o lar, o bem-estar de seus membros e suas condições de existência na comunidade. (Boudon & Bourricaud, 1993:496)

Diante do exposto, os movimentos de mulheres, assim como os movimentos feministas, configuram-se em reivindicações pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãs, buscando uma maior visibilidade e participação política. A passagem do século XX para o seguinte suscitou, inclusive a partir da IV Conferência Mundial da Mulher, Beijing (1995), polêmicas em torno dos direitos que se referem ao que é universal e particular, igualdade e desigualdade, semelhança e diferença, por exemplo. Acerca das relações dessas antinomias com a transformação social, Butler nos diz o seguinte:

Creo que tenemos la obligación de hablar de lo humano, y de lo internacional, y averiguar en particular como los “derechos humanos” trabajan y no trabajan en favor de las mujeres, de lo que son las “mujeres” y de lo que no son.

Pero para hablar de esta manera, y para pedir transformaciones sociales en nombre de las mujeres, también debemos formar parte de un proyecto democrático crítico, que entiende que la categoría de lo “humano” ha sido usado de forma diferencial y con objetivos excluyentes, que no todas las personas han estado incluidas en sus términos, que las mujeres no han estado completamente incorporadas en lo humano y que ambas categorías están aún en proceso, en marcha, inconclusa. (Butler, 2001:25, grifos da autora)

A título de exemplificação dos movimentos de mulheres remetemos a algumas especificidades da América Latina. Segundo Luna (2003), esses movimentos de mulheres surgiram na América Latina, num primeiro momento, com o advento da urbanização por questões de sobrevivência, moradia, dentre outros, corroborados pela construção social do papel de mãe. Em outras palavras, a suposta responsabilidade feminina com os cuidados dos filhos e da família. Entretanto, é possível encontrar esses fenômenos nas áreas rurais formados por camponesas ou índias em países como Colômbia, Bolívia e Peru⁶. Aspectos como os descritos acima são característicos de países em desenvolvimento econômico, como por exemplo, os da América Latina.

Por outro lado, o segundo momento dos movimentos de mulheres pode ser identificado a partir dos anos 80 e 90. Seu contexto de reivindicações era proveniente da crise econômica que assolou a maioria dos países latino-americanos. De acordo com Luna:

Las formas de organización y los objetivos de los movimientos por la supervivencia han tenido variaciones de una etapa a otra, pero ambas son movimientos relacionados estrechamente con el estado, sustituyéndole en tareas y obligaciones que éste no cumple

⁶ Além disso, surgiram no século XX, movimentos de mulheres contra a violência do estado os quais tem como contexto discursivo os regimes ditatoriais e as guerras. O movimento pragmático de Mães da Praça de Maio na Argentina, por exemplo, reivindicavam o desaparecimento de seus filhos na ditadura militar, sendo que esse fenômeno também ocorreu em outros países fora da América Latina. (Cf. Boudon & Bourricaud, 1993).

con los sectores populares de la sociedad. Los cambios producidos en la segunda etapa han sido: la transformación de la estructura organizativa vertical en una horizontal y la elección democrática de sus representantes, el cuestionamiento de la dependencia gubernamental, la denuncia del abandono e irresponsabilidad paterna y los malos tratos. De esta manera han comenzado la transformación de las relaciones desiguales de género. (Luna, 2003:77)

Portanto, para Luna (2003), várias foram as questões que fomentaram os movimentos de mulheres na América Latina, quais sejam: a crítica da inoperância dos organismos internacionais dos direitos humanos em situações de genocídio e crimes de Estado; a construção de gênero que usurpa a identidade autônoma da mulher evidenciando, exclusivamente, a sua capacidade de mãe; e a construção do papel de mulheres como sujeitos através de negociações e confronto. Em outras palavras:

El materialismo se convierte en resistencia, en arma defensiva, en poder, y actúa en contra o a favor de las instituciones que han producido, cambiando significados de género como la obediencia y la sumisión por la rebelión y la contestación [...] el poder material parte de la inclusión social y política establecida en la modernidad con las mujeres e institucionalizada un su reconocimiento de la ciudadanía. (Luna, 2003:78).

As discussões realizadas acerca dos movimentos de mulheres evidenciam que havia, mas também que ainda há, razões plausíveis para que essas mulheres lutassem, e lutem, por seus direitos, os quais foram obscurecidos e negados ao logo da história social. Percebemos, então, o surgimento de novos campos de conflito e novas formas de participação políticas, sendo aqueles engendrados pela pobreza, pela violência, pela luta de seus direitos como cidadã, ou ainda por questões de gênero. Essa última ainda persiste bloqueando muitas conquistas que já poderiam ter sido alcançadas.

Considerações Finais

Notamos com a exposição do texto que, embora existam diferentes perspectivas e *olhares* sobre os movimentos sociais, as relações de conflito têm sido o vetor constante que os impulsiona. Assim, os movimentos sociais se constituem como o *locus* de lutas e negociação em busca de transformar uma realidade social considerada injusta e desigual. Diríamos, por conseguinte, que os conflitos sociais representam a *dimensão pedagógica* dos movimentos.

Quanto ao movimento de mulheres, embora considerado do tipo *novo* dentro das Ciências Sociais e Humanas, reconhecemos que há muito as mulheres reivindicam os seus direitos e fazem do seu cotidiano um contínuo exercício de poder. Ou seja, as mulheres re (fazendo) a vida no seu cotidiano desmentem aqueles (aquelas?) que com um discurso fatalista dizem ser impossível a transformação social.

Por fim, vale considerar que as discussões de gênero fomentaram (e ainda fomentam!) debates sobre o processo histórico de discriminação sofrido pelas mulheres. As teorias produzidas são propositoras de transformações na mesma medida em que há muito por investigar as alterações que têm sido construídas cotidianamente pelas mulheres. Sobre tudo, porque esses movimentos não são homogêneos em nível mundial, apresentam características próprias em cada tempo e também em cada espaço. Em suma, as teorias sobre os movimentos sociais são extremamente multifacetadas e tomam como pressupostos as mais diversas categorias de análise. Assim, o intuito deste artigo foi discorrer sobre algumas dessas variações e incitar o debate.

Referências Bibliográficas:

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 8.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, Francois. Movimento de Mulheres. In: _____. *Dicionário Crítico de Sociologia*. Trad. Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática, p. 493-496, 1993.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, Francois. Movimento Social. In: _____. *Dicionário Crítico de Sociologia*. Trad. Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática, p. 500-503, 1993.

BUTLER, Judith. La cuestión de la transformación social. In: BECK-GERNSHEIM, Elisabeth; BUTLER, Judith; PUIGVERT, Lúdia (Orgs.) *Mujeres y transformaciones sociales*. Espluges de Llobregat: El Roure, p.7-30, 2001.

GOHN, Maria da Glória. O Paradigma dos Novos Movimentos Sociais. In: _____. *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, p. 121-170, 1997.

GOHN, Maria da Glória. O Paradigma Marxista na análise dos Movimentos Sociais. In: _____. *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, p. 171-207, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos Movimentos Sociais na América Latina. In: _____. *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, p. 241-271, 1997.

LUNA, Lola G. Los movimientos de mujeres como la otra cara de la política: género, exclusión e inclusión en el caso latinoamericano. In: _____. *Los movimientos de mujeres en América Latina y la renovación de la historia política*. Santiago de Cali: Manzana de la Discórdia, p. 45-63, 2003.

LUNA, Lola G. Contextos históricos discursivos de género y movimientos de mujeres en América Latina. In: _____. *Los movimientos de mujeres en América Latina y la renovación de la historia política*. Santiago de Cali: Manzana de la Discórdia, p. 65-84, 2003.

MIRANDA NETTO, Antônio Garcia de. et al. Movimentos Sociais. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação: Benedicto Silva. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 788-790, 1986.

_____. Mudança Social. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação: Benedicto Silva. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 791-792, 1986.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BUSCHINI, Cristina. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

QUINTANEIRO, Tânia. Classes Sociais. In: QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. (Orgs.) *Um Toque de Clássicos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 78-82, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2. Porto Alegre, jul/dez. 1995.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicação de los derechos de la mujer*. Madri: Edições Cátedra, 2000.

